

Blefando contra o TCU.



Inicialmente é de suma importância lembrar: O teor da Constituição de 1988 expressa que o **Tribunal de Contas da União** é um órgão **independente** e autônomo, ou seja, não pertencendo a nenhum dos três poderes: Executivo, Legislativo ou Judiciário. O TCU é independente porque a própria Constituição lhe atribui, no artigo 33, § 2º, e no artigo 71, competências próprias e privativas. Importa lembrar que essas competências não são delegadas pelo Congresso Nacional. Assim, entendemos que cabe a cada ministro do TCU zelar pelo erário público, bem como, prestigiar os dados técnicos citados no **parecer técnico dessa renomada casa**, quanto as graves aberrações que foram apontadas no estudo da modelagem da privatização da Eletrobras. Assim, o **parecer jurídico** traz clareza sobre um determinado assunto ou processo, pois analisa os fatos de forma a orientar e ajudar a fundamentação da resposta de forma transparente.

Do Blefe contra o TCU

Durante o mês de abril, tornou-se lugar comum nas reportagens dos jornais de grande circulação e nas falas de representantes do governo, inclusive de ministros, a afirmação de que "O TCU pode atrasar a privatização da Eletrobras" ou ainda algumas mais sensacionalistas como "TCU pode inviabilizar a privatização da Eletrobras". A divulgação massiva e orquestrada de informações que em sua essência eram ou falsas ou tendenciosas tinham como objetivo politizar o processo no TCU. Ou seja, o governo tentou tratar o TCU como mais um órgão do governo, a quem caberia apenas avaliar o processo e o cronograma por ele definido. Duas informações falsas que foram massivamente divulgadas serviram para alimentar manchetes de jornais: a primeira delas é a de que a Eletrobras estava preparada para realizar a operação de capitalização em maio de 2022 e a segunda dizia que o governo tem apenas a janela de maio de 2022 para operacionalizar a privatização da Eletrobras. Esses dois grandes blefes do governo e da diretoria da Eletrobras serviram para alimentar todo tipo de pressão contra os ministros do TCU.

O primeiro blefe foi descoberto no primeiro dia útil após o julgamento do TCU. Na sexta-feira, dia 22/04/2022, a Eletrobras divulgou comunicado ao mercado avisando o mercado sobre o adiamento da publicação do relatório 20F para o dia 2 de maio. De acordo com reportagens publicadas na imprensa, era necessária a publicação do relatório até o final de abril para viabilizar a operação no dia 13 de maio ([veja aqui](#)). Ou seja, mesmo que o TCU aprovasse no dia 20 ou 27/04, a operação teria que ser adiada de qualquer forma e não se realizaria no dia 13/05. Esse blefe colocou o TCU sobre forte pressão, tanto do governo quanto de instituições financeiras e da imprensa a serviço dela. Mas, para o bem do país, a maioria dos ministros não

se dobrou a essa pressão, fazendo valer o interesse público, ainda que isso jogasse sobre suas costas um grande peso.

O segundo blefe da Diretoria da Eletrobras e do governo foi a afirmação de que a operação só poderia ser realizada na janela de maio. Infelizmente, essa não é a única janela possível para operação. Após toda divulgação de resultados trimestrais, abre-se uma nova janela. Ou seja, após a divulgação de resultados em maio, a operação pode ser realizada na janela de julho/agosto. Após a divulgação de resultados em agosto, a operação pode ser realizada na janela de setembro/outubro. Após a divulgação de resultados em novembro, a operação pode ser realizada na janela de dezembro/janeiro. E assim sucessivamente. Por isso não faz sentido os ministros do TCU serem pressionados para acelerar o processo. Não cabe ao TCU avaliar qual é o melhor ou pior momento para a operação, do ponto de vista mercadológico. Cabe ao TCU defender os interesses do Estado. E avaliar os impactos da operação proposta do ponto de vista de sua legalidade e dos interesses da União, de modo a não permitir prejuízos ao erário público.

Apenas um ministro do TCU, que atua como aliado do governo, usou e abusou dessas retóricas propaladas pelo Governo Bolsonaro. Difícil saber se foi enganado pelo governo e pela diretoria da Eletrobras ou se apenas se fingiu de bobó, pegando carona na repercussão da mídia na tentativa de pressionar seus colegas. Esse ministro, inclusive, foi o único a querer deixar seu voto escrito já registrado. Deve se achar mais competente que os colegas, que usarão o tempo para se aprofundar nas questões a serem analisadas. Ele parece também estar ocupado, pois, essa semana, foi visto ao lado do presidente Bolsonaro durante o vergonhoso anúncio do perdão ao deputado condenado por estimular atos antidemocráticos e por atacar as instituições do país. Por sorte, esse não é o comportamento da maioria do TCU, e o colegiado do tribunal não se dobrou à pressão do governo e do mercado adiando o julgamento da operação da Eletrobras em análise.

A pressa do governo tem ainda outras motivações. Todos sabem que o projeto de privatização da Eletrobras está repleto de erros. Desde a avaliação dos ativos à modelagem que prevê a transferência de Itaipu e da Eletronuclear para uma nova estatal. Por isso, quanto mais tempo o TCU tiver para analisar a proposta do governo, mais problemas eles encontrarão. Esse é o maior medo do governo e da diretoria da Eletrobras. Quanto mais detalhada for a análise, mais claras ficarão as falhas do modelo. Ao apontar todos os graves problemas e falhas do processo e da proposta de privatização, ficará cada vez mais claro que o verdadeiro motivo para o atraso da operação é a incompetência do governo.

Da nossa parte, o que nos cabe é continuar lutando contra esse processo absurdo, que prejudicará a todos os brasileiros, que já estão sofrendo muito com a inabilidade desse governo, com os altos preços de alimentos e combustíveis, com o desemprego e com a fome. Vamos continuar atuando junto às instituições, mostrando todos os graves problemas desse processo e denunciando todos os absurdos.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 4 de maio de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

